

Handwritten signature in blue ink.



Centro Social
Paroquial da Lourinhã
IPSS



[Handwritten signature in blue ink]

MAPAS DE GESTÃO



Entidade: Centro Social e Paroquial da Lourinhã

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	254.929,39 €	275.938,35 €
Ativo Corrente			
Inventários	6	940,73 €	697,55 €
Clientes	7	2.771,75 €	1.164,93 €
Outras contas a receber	8		- €
Diferimentos	9	2.045,26 €	2.012,48 €
Caixa e depósitos bancários	10	31.324,46 €	33.050,57 €
Total do ativo		292.011,59 €	312.863,88 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11	22.780,10 €	22.780,10 €
Reservas legais			
Resultados transitados		23.700,42 €	10.042,56 €
Outras variações nos fundos patrimoniais		101.116,87 €	103.583,14 €
Resultado líquido do período		68,40 €	13.657,86 €
Total dos fundos patrimoniais		147.665,79 €	150.063,66 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	12	88.868,89 €	102.438,33 €
Passivo corrente			
Fornecedores	13	15.840,43 €	20.818,64 €
Estado e outros entes públicos	14	4.648,12 €	4.274,64 €
Outras contas a pagar	15	34.988,36 €	35.268,61 €
Total do passivo		144.345,80 €	162.800,22 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		292.011,59 €	312.863,88 €

Lourinhã, 19 de março de 2019

O Contabilista Certificado: Ana Luísa Mendes

A Direção

Avenida da Igreja, nº 14 - 2530-254 Lourinhã - Telf: 261 414 272



Centro Social Paroquial da Lourinhã

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	16	173.420,57	176.172,81
Subsídios, doações e legados à exploração	17	123.734,86	115.566,77
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(58.125,00)	(50.374,38)
Fornecimentos e serviços externos	19	(55.035,55)	(58.040,81)
Gastos com o pessoal	20	(178.082,48)	(175.010,05)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	21	25.855,87	27.151,77
Outros gastos e perdas		(10.161,67)	(226,29)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		21.606,60	35.239,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(21.008,96)	(21.008,96)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		597,64	14.230,86
Juros e rendimentos similares obtidos			30,65
Juros e gastos similares suportados		(529,24)	(603,65)
Resultados antes de impostos		68,40	13.657,86
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		68,40	13.657,86

Lourinhã, 19 de março de 2019

O Contabilista certificado: Ana Luísa Mendes
A Direção

Ana Luísa Mendes

[Handwritten signature]

Mania Fernandes Matias
Fernando Fernandes

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and several smaller ones, located in the top right corner of the page.

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**



Handwritten signatures in blue ink.

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial da Lourinhã é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com Estatutos aprovados por despacho ministerial de 17 de fevereiro de 1960 e publicados no Diários do Governo nº53.III Série de 3 de março de 1960, com sede na Avenida da Igreja, nº14, 2560-254 Seixal da Lourinhã.

O Centro é um serviço da Paróquia com o objetivo de cultivar nos paroquianos a noção das suas responsabilidades sociais, motivando-os para as exigências cristãs de comunicação e partilha de bens e, muito em particular, ajudando-os a dar resposta adequada às carências que eventualmente se verifiquem entre os habitantes da paróquia, mediante ações de assistência, promoção ou desenvolvimento, conforme a necessidade.

A Instituição rege-se com base nos seguintes pressupostos:

- a) O respeito pela dignidade humana e o dever de contribuir para o seu desenvolvimento moral, espiritual e cultural;
- b) O fortalecimento do sentido comunitário, de modo que os indivíduos, famílias e os demais agrupamentos da Paróquia, em trabalho conjunto, se tornem promotores da sua valorização;
- c) A criação de estruturas de comunicação cristã de bens e ajuda mútua, bem como o apoio aos demais carenciados, mobilizando para o efeito os indispensáveis recursos humanos e materiais.

Para atingir os pressupostos:

- a) Presta serviços que satisfaçam as necessidades básicas dos seus utentes;
- b) Informa a comunidade sobre o conjunto de serviços proporcionados pelo Centro;
- c) Presta ao utente o acolhimento e informação necessários;
- d) Favorece as relações interpessoais a fim de evitar o isolamento;

Através de:

- a) Centro de Dia;
- b) Apoio Domiciliário;
- c) Centro de Convívio;
- d) Academia Sénior;



e) Atividades Academia Sénior;

f) Atelier de Animação;

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 105/2011: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria n.º 106/2011: Código de Contas;
- d) Aviso n.º 6726-B/2011: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas (NI).

2.2 Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do Acréscimo

A instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo.

2.6 Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2018, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação das disposições previstas pelo SNC-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas nas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas ao exercício de 2018.

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações e amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

3.2.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com



saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.2 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.3 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)



3.2.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.4 Financiamentos Obtidos

3.4.1 Loações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Loações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Loações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.



De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4. **Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no final do exercício de 2018, refletindo as adições, abates, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2018

<i>(em euros)</i>			
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Custo de Aquisição			
Edifícios e outras Construções	271.960,37	-	271.960,37
Equipamento Básico	131.282,49	-	131.282,49
Equipamento de Transporte	139.178,21	-	139.178,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
Total	558.465,97		558.465,97
Depreciações acumulados		Depreciações	
Edifícios e outras Construções	42.522,02	5.508,96	48.030,98
Equipamento Básico	131.282,49	-	131.282,49
Equipamento de Transporte	92.678,21	15.500,00	108.178,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
Total	282.527,62	21.008,96	303.536,58
Valor Líquido	275.938,35		254.929,39



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2017

(em euros)

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Custo de Aquisição			
Edifícios e outras Construções	271.960,37	-	271.960,37
Equipamento Básico	131.282,49	-	131.282,49
Equipamento de Transporte	77.178,21	62.000,00	139.178,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
Total	496.465,97	62.000,00	558.465,97
Depreciações acumulados			
		Depreciações	
Edifícios e outras Construções	37.013,06	5.508,96	42.522,02
Equipamento Básico	131.282,49	-	131.282,49
Equipamento de Transporte	77.178,21	15.500,00	92.678,21
Equipamento Administrativo	14.944,90	-	14.944,90
Outros Ativos tangíveis	1.100,00	-	1.100,00
Total	261.518,66	21.008,96	282.527,62
Valor Líquido	234.947,31		275.938,35

6. Inventários

(em euros)

Inventários	2018	2017
Géneros Alimentares	940,73	697,55
Total	940,73	697,55



Handwritten signatures and initials in blue ink.

7. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2018	(em euros) 2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	2.771,75	1.164,93
Total	2.771,75	1.164,93

Neste exercício constata-se um ligeiro aumento do endividamento por parte dos utentes.

8. Estado e Outros Entes Públicos

Nada a destacar nesta rubrica.

9. Diferimentos

Respeita a pagamentos que se verificaram no exercício económico presente, nomeadamente 2.045,26€, cujo custo será efetivo em 2019.

10. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2018	(em euros) 2017
Caixa	392,47	138,68
Depósitos à ordem	20.865,95	22.845,85
Outros depósitos	10.066,04	10.040,45
Total	31.324,46	33.050,57



11. Fundos Patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais mantêm-se com o valor de 22.780,10€

12. Financiamentos Obtidos

Nesta rubrica destaca-se:

Financiamentos Obtidos	<i>(em euros)</i>	
	2018	2017
Empréstimo CCAM	88.868,89	102.438,33

Em 2018 foram amortizados 13.569,44€ referente ao empréstimo concedido a médio e longo prazo na CCAM .

13. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores c/c	<i>(em euros)</i>	
	2018	2017
	15.840,43	20.818,64
Total	15.840,43	20.818,64

14. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	<i>(em euros)</i>	
	2018	2017
Imposto s/ rendimento das Pessoas Singulares	480,00	476,00
Sobretaxa extraordinária	24,06	31,05
Segurança Social	3.787,07	3.739,51
Relativo a Penhoras de Vencimento	356,99	-
Total	4.648,12	4.246,56



15. Outras contas a pagar

	2018	(em euros) 2017
Outras Contas a pagar	34.988,36	35.268,61
Total	34.988,36	35.268,61

Estão consideradas nesta rubrica as remunerações a liquidar e encargos com a Segurança Social, nas proporções de 14.636,00€ e 3.044,30€ respetivamente. Outros credores no valor de 356,99€, cujo valor será regularizado no início de 2019. Manteve-se a provisão constituída anteriormente para compensação por despedimento no valor de 10.000€.

16. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2018	(em euros) 2017
Prestação de Serviços		
Centro dia	92.647,35	94.338,52
Apoio Domiciliário	60.614,31	60.921,89
Centro Convívio	3.460,88	11.540,23
Academia Sénior	8.411,93	297,50
Atelier Animação	60,00	113,40
Outras Atividades	7.426,75	7.720,18
Serviços extra	799,35	1.241,09
Total	173.420,57	176.172,81

17. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos exercícios de 2018 e 2017 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

	2018	(em euros) 2017
Subsídios e Doações		
ISS, IP	117.876,24	115340,40
IEFP (CEI)	5.858,62	226,37
Doações	-	-
	123.734,86	115.566,77



18. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Regista-se um acréscimo nesta rubrica, consequência do aumento da valência “Apoio Domiciliário”.

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 traduz-se em:

FSE	<i>(em euros)</i>	
	2018	2017
Serviços Especializados	12.417,97	17.123,41
Materiais	6.712,65	4.893,99
Energia e Fluidos	19.324,81	22.981,09
Deslocações e Estadas	3.961,22	1.917,37
Serviços Diversos	12.623,90	11.121,95
Total	55.040,55	58.040,81

20. Gastos com o Pessoal

Os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos com o pessoal repartem-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	<i>(em euros)</i>	
	2018	2017
Remunerações ao pessoal	145.483,66	131.776,85
Encargos s/ remunerações	31.344,05	29355,92
Seguros Ac Trabalho	1.391,52	2.491,43
Out Gastos c/ o pessoal (refeições; formação; segurança no trabalho)	147,60	10.048,05
Total	178.366,83	175.010,05



(Handwritten signatures and initials in blue ink)

21. Outros rendimentos e ganhos

Outros Rendimentos e Ganhos	2018	(em euros) 2017
Donativos	12.917,15	12.585,80
Donativos em espécie	9.374,84	10,574,15
Subsídio Proder	2.466,27	2.466,27
Rest IVA bens alimentares	1.097,61	1.525,55
Outros		
Total	25.855,87	27.151,77

22. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

23. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lourinhã, 19 de março de 2019